

Gramática da Língua Portuguesa no Brasil: um estudo da gramaticografia brasileira Pré-NGB (1930-1960)

*Portuguese Grammar in Brazil: A study of brazilian
gramaticography Pre-NGB (1930-1960)*

Maurício Silva*

Resumo: Um dos períodos mas importantes na história da produção gramatical no Brasil é aquele que, podendo ser chamado de *intermediário*, vai do declínio da gramática de inspiração histórico-comparatista, por volta de 1930, até a instauração da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), por volta de 1960. O objetivo deste estudo é tratar dos mais relevantes princípios teóricos da gramaticografia brasileira durante do período pré-NGB (1930-1960), destacando suas linhas de força ideológicas e suas tendências linguísticas, a partir dos pressupostos teóricos da Historiografia Linguística.

Palavras-chave: Gramática, Língua Portuguesa, Historiografia Linguística, NGB.

Abstract: *The present article analyzes the concepts of grammar in Brazil, between 1930 and 1960, and point out some aspects of the grammatical practice. Furthermore, it analyzes some methodological aspects of the Linguistic Historiography, like the possibilities of relation between the grammar and the concepts of ideology and imaginary.*

Keywords: Grammar, Portuguese, Linguistic Historiography, NGB.

* Universidade Nove de Julho, maurisil@gmail.com

Introdução

Embora incipientes, tem havido ultimamente uma relativa expansão de estudos acerca da gramaticografia brasileira, no sentido estrito de se apreender os substratos ideológicos e linguísticos que fundamentaram nosso saber gramatical, bem como esclarecer as principais linhas de força teóricas e práticas que conduziram o processo de consolidação da escrita gramatical no Brasil. Assim, cada vez mais, busca-se desvelar as fontes nas quais os gramáticos brasileiros teriam se inspirado ao escrever suas obras, além de compreender a lógica segundo a qual suas ideias são organizadas e apresentadas aos utentes do idioma.

Definida, genericamente, como uma ciência que estuda o sistema de uma determinada língua (CARRETER, 1974; TRASK, 1993; CÂMARA JÚNIOR, 1988), a gramática adquire, num plano mais pragmático, sentidos muitas vezes diversos, concorrendo para uma maior compreensão de seu alcance, mas também tornando mais complexa a tarefa de apreensão de seu sentido pleno. Desse modo, ela tanto pode se inscrever num plano maior dos estudos humanistas ou científicos, quanto pode se tornar o objeto central de embates que assinalam uma clivagem ideológica entre os adeptos da *gramática tradicional* e da *gramática da fala*, os entusiastas da *gramática histórica* e os da *gramática comparativa*, os defensores da *gramática geral* e os da *gramática específica*, entre outros (DUBOIS, 1994; BUSSMANN, 1996; GREIMAS & COURTÉS, 1979).

Desse modo, motivo de discussão – no âmbito dos estudos sobre a linguagem humana – desde a Antiguidade Clássica, a gramática pode ser abordada sob perspectivas diversas, sendo sua história uma das mais instigantes e estimulantes de toda a humanidade (STEFANINI, 1994; ROCA-PONS, 1976; MATTOS E SILVA, 2000) e marcando sua gênese e desenvolvimento um processo descrito como verdadeiramente revolucionário, no que compete às possibilidades de intervenção do homem na natureza, por meio da cultura (AUROUX, 1992; MOURA NEVES, 2002).

Um dos períodos mais importantes na história da produção gramatical no Brasil é aquele que, podendo ser chamado de *intermediário*, vai do declínio da gramática de inspiração histórico-comparatista, por volta de 1930, até a instauração da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), por volta de 1960. Trata-se, entre outras coisas, de uma época de consolidação de nossa gramaticografia nacional e de preparo para a profissionalização dos estudos linguísticos no Brasil, ao mesmo tempo em que funciona como um período de ensaio para a constituição da própria NGB, conjunto de dados formais, responsável pela regulamentação do ensino do português no Brasil, a partir de meados do século XX (MORELLO, 2001).

É exatamente o período pré-NGB (1930-1960) da gramaticografia brasileira que pretendemos abordar, preliminarmente, neste ensaio.

1. Fundamentos de um país moderno (1930-1960)

O período que, na História do Brasil, vai de 1930 a 1960 foi marcado por sucessivas transformações na política e na sociedade brasileiras, abarcando o governo de pelo menos dois presidentes – Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek – os quais deram um decisivo impulso à educação do país, tal como a conhecemos hoje, e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de nossa gramaticografia moderna. Trata-se, em poucas palavras, de uma época marcada pelo declínio da sociedade patriarcal e rural e pela ascensão da uma realidade essencialmente urbana, industrial e moderna, a despeito de anacronismos político-econômicos que fazem de nossa modernidade um conceito, no mínimo, contraditório (IANNI, 1992; FAORO, 1992).

O ano de 1930 seria inaugurado, assim, sob os auspícios da Revolução de Vargas, com a deposição de Washington Luís e a instalação da Segunda República. Apesar da ocorrência de movimentos de oposição – como a Revolução Paulista (1932) ou a criação da Aliança Nacional Libertadora (1935) –, o governo Vargas estendeu-se até 1945, retornando, ainda, em 1951, sendo então substituído por outros nomes, até a presença marcante de Juscelino

Kubitschek, que governaria o país de 1956 a 1961. Nesse extenso período de trinta anos, tanto a política quanto a economia nacionais transformaram-se substancialmente, não apenas pela aprovação de três Constituições consecutivas (1934, 1937, 1946), mas por novas formas de ordenamento jurídico, outros modos de organização social e a instituição de uma ordem econômica, em alguns sentidos, diversa da anterior (BICUDO, 1978; IANNI, 1986).

No que compete à educação nacional – o que aqui nos interessa mais de perto – houve igualmente inúmeras alterações durante essas três décadas, podendo ser computadas, entre as principais, a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930), tendo à sua frente, como primeiro Ministro da Educação, o mineiro Francisco Campos (1930-1932), que seguia, nos seus atos reformatórios, os postulados da Escola Nova (trazidos para o Brasil por Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo) e que, ainda em 1930, promove uma reforma responsável pela unificação nacional do ensino e pela reestruturação do ensino secundário comercial. Além disso, entre as mais relevantes transformações educacionais do período, contam-se a reforma do ensino universitário, resultando na criação da Universidade do Brasil (posteriormente Universidade Federal do Rio de Janeiro), promovida pelo terceiro Ministro da Educação, Gustavo Capanema (1934-1945); a elaboração de uma proposta pedagógica (Portaria 614, de 10/05/1951), realizada pelo Colégio Pedro II, que serviria de modelo para os estabelecimentos de ensino secundário no país, resultando, entre outras coisas, na diminuição dos estudos puramente gramaticais e no aumento das práticas de leitura e de interpretação de textos; e, finalmente, a oficialização da Nomenclatura Gramatical Brasileira (Portaria de 28/01/1959) (TOBIAS, 1972; RIBEIRO, 1985).

Tais modificações, que fazem parte de um conjunto mais amplo de transformações culturais desencadeadas a partir do governo Vargas (MICELE, 1979; CÂNDIDO, 1989), tiveram incidência direta no modo como as gramáticas passaram a ser produzidas no Brasil a partir de 1930, quando se inicia uma nova etapa – a que aqui chamamos de intermediária – na história da gramaticografia nacional (SILVA, 2003; SILVA, 2006; GUIMARÃES, 1996).

2.A gramática brasileira pré-NGB

Os últimos anos do século XIX até a terceira década do século XX a gramaticografia brasileira caracterizou-se, sobretudo, por um saber metalinguístico que acusava um lastro positivista de cunho lusitano, trazendo como principais marcas desse ideário linguístico as querelas linguísticas, as reformas ortográficas e as discussões lexicais acerca dos estrangeirismos (BECHARA, 1995). Esse fenômeno, aliás, resultaria na escrita de gramáticas inspiradas nos fundamentos científicos advindos dos estudos linguísticos europeus – em especial, a linguística histórico-comparativa – e institucionalmente legitimadas (FÁVERO & MOLINA, 2006). Já o período que se estende da década de 1930 até por volta da década de 1960 afirma-se como uma nova fase da gramaticografia nacional, quando novas propostas linguísticas, pautadas sobretudo na fatura literária de alguns modernistas, são forjadas, e a escritura gramatical adquire novos contornos.

Trata-se de uma fase intermediária que se inscreve entre a abordagem histórico-comparativa da fase antecedente e uma vindoura perspectiva estruturalista, vigente nos estudos linguísticos brasileiros a partir dos anos sessenta. Seus mais relevantes princípios linguísticos podem ser resumidos em pressupostos que assinalam um abandono paulatino da herança positivista característica do período anterior, sem contudo assimilar integralmente propostas estruturalistas já antevistas no cenário linguístico nacional a partir da década de 40: a valorização do registro brasileiro da Língua Portuguesa; a liberdade lógico-formal do idioma, numa mudança de paradigma que começa a passar – mas de forma ainda muito tímida – do normativismo para o descritivismo; o relativo antilusitanismo como princípio e expressão de um ideário linguístico nacional etc. Trata-se de um período que, no âmbito dos estudos da linguagem, tem seus limites assinalados sobretudo pela presença dominante – num referencial mais remoto – de filólogos como Sousa da Silva e Said Ali e – num referencial mais recente – de linguistas do porte de Mattoso Câmara (ALTMAN, 1998).

Desse modo, gramáticos como Souza Lima (*Gramática Expositiva da Língua Portuguesa*, 1937), Napoleão Mendes de Almeida (*Gramática Metódica da Língua Portuguesa*, 1943), Silveira Bueno (*Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, 1944) ou Rocha Lima (*Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, 1957) perfazem um caminho que vai, aos poucos, abandonando os pressupostos histórico-comparatistas das gramáticas *expositivas* para adotar os pressupostos pré-estruturalistas das gramáticas *normativas* do português.

Uma das primeiras gramáticas do período aqui estudado, a *Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa*, de Mario Pereira de Souza Lima, foi publicada em 1937, na coleção *Bibliotheca Pedagógica Brasileira*, dirigida por Fernando de Azevedo, um dos ideólogos da Escola Nova. Embora apresente, de acordo com Valter Kehdi, propostas estruturalistas que só seriam plenamente assimiladas mais tarde (KEHDI, 1994), sua gramática mantém um ideário muito próximo daqueles que vigoraram em gramáticos de fases anteriores, com recortes bastante redutores, como se pode verificar em seu *Prefácio*: “o intuito deste livro é apresentar methodicamente ao leitor uma exposição dos factos actuaes da língua litteraria portuguesa e das regras que, com apoio nos mesmos, é licito formular para a velha arte de ‘falar e escrever correctamente’” (SOUZA LIMA, 1937, p. 07).

Baseando-se nas teses de Brugmann (*Abrégé de Grammaire Comparée des Langues Indo-Européennes*), Souza Lima considera que a unidade da linguagem assenta-se na frase – não na palavra –, motivo pelo qual, em sua opinião, o ensino gramatical deve partir da estrutura oracional (*proposição*), para se chegar às demais partes do discurso; daí ter alterado, deliberadamente, a disposição tradicional da matéria gramatical. Além disso, o gramático mineiro, no prefácio citado, afirma ter-se inspirado nos mais modernos ensinamentos da Linguística e sugere ter colhido seus exemplos dos mais célebres nomes de nossa literatura.

Essa deliberada alteração na disposição da matéria gramatical é responsável, por exemplo, pelo fato de Souza Lima, antes mesmo do primeiro

capítulo – isto é, nas *Noções Preliminares* –, tratar das estruturas frásicas às quais dá o nome de *orações analyticas, orações syntheticas e fragmentos de oração*, reconhecendo – no rastro de Rodolpho Lenz (*La Oración y sus partes*) – que a palavra, por ser imprecisa em si mesma, somente adquire sentido quando inserida num conjunto discursivo. Suas considerações preliminares terminam com a observação de que as orações – cuja definição, aliás, é colhida na obra de Andrés Bello (*Gramatica de la Lengua Castellana*) – se dividem em três espécies (exclamativas, declarativas e interrogativas), as quais podem aparecer isoladamente ou unidas, dentro de um conjunto discursivo mais amplo denominado *período*. O autor faz ainda, finalmente, a distinção entre *Gramatica Expositiva* (que analisa o estado atual de determinado idioma, bem como suas normas) e a *Gramatica Histórica* (que procura explicar os fatos e usos de determinado idioma em épocas anteriores). Trata-se, portanto, de uma gramática – seja pelo título, seja pelas propostas explicitadas, seja ainda pela data de publicação – que assinala a passagem de uma abordagem *expositivista* para uma abordagem *normativista*.

Embora avance em alguns aspectos, como salientamos acima, sobretudo no tratamento diferenciado que confere à sintaxe, Souza Lima escreve uma gramática que, a exemplo de outros autores de sua época, apresenta um viés ideológico marcadamente conservador, na medida em que considera que o domínio de um idioma passa pela capacidade de seu utente em demonstrar competência e habilidade no uso do registro padrão, evidentemente estipulado de acordo com a norma culta. Trata-se de uma postura teórica – e, mais do que isso, ideológica – que tem suas raízes remotas na própria tradição gramatical latina e, conseqüentemente, quinhentista. E apesar de ser possível perceber uma declarada intenção de fazer de sua obra uma exposição *racional* dos fatos da língua, o resultado revela um conjunto de ideias articulado mais sob uma perspectiva normativa do que descritiva. O mesmo pode ser dito acerca dos exemplos empregados pelo autor para ilustrar suas considerações linguísticas, uma vez que, como já salientaram Marilena Zanon e Miguel Almeida, “ele não só se preocupou com os valores estilísticos,

mas também éticos dos textos literários que subsidiam a organização de sua gramática” (ZANON & ALMEIDA, 2006, p. 109).

Outra gramática do período que aqui merece destaque é a *Gramática Metódica da Língua Portuguesa* (1943), de Napoleão Mendes de Almeida. Autor de vários livros sobre assuntos relativos à linguagem (como a *Gramática Latina*, o *Dicionário de Questões Vernáculas*, o *Curso de Português por Correspondência*, a *Antologia Remissiva* etc.), Napoleão Mendes de Almeida celebrou-se pela coluna “Questões Vernáculas” que escreveu durante décadas nas páginas de *O Estado de São Paulo*. Sua *Gramática Metódica* alcançou, de 1943 a 2005, quarenta e cinco edições, revelando absoluto sucesso de vendas e, algumas vezes, de crítica.

Enquanto Souza Lima procurava dar ao seu texto uma “organização” *racional*, no caso de Napoleão Mendes de Almeida é o *nacionalismo* o conceito que parece guiar os passos de suas considerações gramaticais e linguísticas. Seja pela epígrafe que coloca na folha de rosto da primeira edição de sua gramática (“A língua é a mais viva expressão da nacionalidade. Saber escrever a própria língua faz parte dos deveres cívicos”), seja nas palavras com que encerra seu prefácio (“Conhecer a língua portuguesa não é privilégio de gramáticos, senão dever do brasileiro que preza sua nacionalidade (...) A língua é a mais viva expressão da nacionalidade”) (ALMEIDA, 1943, p. 14), o célebre gramático não perde oportunidades de inserir – em praticamente todas as suas obras – ideias e exortações de fundo nacionalista, numa clara relação entre esse conceito e a língua portuguesa, tudo resultando na indefectível noção de *idioma pátrio*.

Essa visão particular da linguagem parece encontrar ressonância nas considerações que faz, por exemplo, acerca da definição de gramática, já que considera a gramática um conjunto de normas que existem para o *perfeito uso* do idioma, numa concepção flagrantemente conservadora do termo, o que faz de Napoleão Mendes de Almeida um garrido *defensor* da língua portuguesa (DI IÓRIO & FRANCO, 2006).

Um ano depois da publicação da gramática de Napoleão, Silveira Bueno publica sua igualmente célebre *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1944), condenando, no ensino nacional, o excesso de análise lógica e propondo, já na primeira edição de sua obra, um ensino gramatical baseado nos *fatos presentes* da linguagem; os mesmos propósitos, há que se dizer, continuam valendo para as edições subsequentes, embora o autor tenha promovido inúmeras modificações a partir da segunda edição (1951), em particular a inclusão de algumas regras, de acordo, segundo suas próprias palavras, com os recentes progressos da ciência da linguagem; e a retirada de toda a parte destinada à Gramática Histórica, a qual confessa pretender publicar em separado (BUENO, 1958).

Partindo do estudo da palavra (cuja definição é claramente colhida dos ensinamentos de Saussure) para atingir o da frase, Silveira Bueno enfatiza a necessidade de o estudo de determinada língua apoiar-se, necessariamente, em seu uso prático, retirando suas regras, portanto, “da observação concreta e diária da linguagem”, com base nos “fatos práticos do idioma” (BUENO, 1958, p. 30). Esse apego aos fatos linguísticos cotidianos, se por um lado se deve ao vínculo explícito entre as ideias de Silveira Bueno e os principais pressupostos linguísticos do ideário estruturalista (FILHO, 1998; CAVALIERE, 2001), por outro lado parece dissimular sua tradicional postura conservadora diante de inúmeros fatos da linguagem, como se pode verificar em alguns de seus estudos filológicos (BUENO, 1967).

Dando o mesmo nome ao seu trabalho, mais de uma década depois da gramática de Silveira Bueno, Rocha Lima publica sua *Gramática Normativa da Língua Portuguesa* (1957), que a partir da 15ª edição surge reformulada, sobretudo com acréscimo de vários exemplos de fatos da língua, colhidos em autores contemporâneos. Eminentemente professor do Colégio Pedro II, autor de vários livros didáticos e trabalhos filológicos, Rocha Lima opta por escrever uma gramática que, já pelo epíteto que a qualifica (*normativa*), segue rígidos padrões de organização e exposição dos fatos da língua, sem se esquecer – como de resto ocorre com a maior parte dos gramáticos de sua época – das referências aos modelos ideais de uso da linguagem, que inspiram a

construção de sua produção gramatical. Daí sua gramática apoiar-se, deliberadamente, nas “*normas* que, em determinada época, representam o ideal da expressão correta” e em escritores “em cuja linguagem as classes ilustradas põem o seu ideal de perfeição” (LIMA, 1972, p. 06).

Trata-se, em poucas palavras, de uma gramática que privilegia – como se tornara comum em seu tempo – a estrutura frásica da língua, estendendo-se, em particular, em longas considerações acerca da sintaxe e aspectos linguísticos afins (PALMA & MENDES, 2006), o que não impede o estudo de sua gramática, como faz Carmen Agustini (AGUSTINI, 2004), sob a perspectiva da complementaridade entre gramática e estilística.

Conclusão

Oficializada em 1959, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) promoveu uma considerável inflexão no processo de construção das gramáticas brasileiras, já que interferia diretamente no *modus faciendi* de nossa gramaticografia e instaurava um rígido padrão conceitual e taxionômico que, a partir de então, deveria servir de modelo aos nossos gramáticos. Não foram poucos os gramáticos que, provenientes da geração anterior, se rebelaram contra o que consideravam certos excessos e incoerências da nova terminologia, como é o caso de Napoleão Mendes de Almeida que, embora tenha adaptado sua gramática, a partir da década de sessenta, aos ditames da nova nomenclatura, manifestou-se prontamente contrário a uma uniformidade terminológica que, segundo suas próprias palavras, fora criada “com desrespeito à tradição e ao bom senso, quando não à própria disciplina” (ALMEIDA, 1943, p. 6).

Sem uma filiação teórica definida e inserindo-se nas políticas linguísticas do Estado Brasileiro, a NGB é, na verdade, segundo Lauro Baldini, um processo que resulta na redução do papel social do gramático, na medida em que, ao impor uma transformação e uma padronização do discurso gramatical, obriga-o a ser uma espécie de comentarista da nomenclatura (BALDINI, 1998).

O gramático, portanto, perde espaço e importância dentro da dinâmica social na qual se inscreve o saber metalinguístico, e a gramática passa, muitas vezes, à condição de um mero repositório de dados linguísticos previamente arrolados pela nomenclatura oficial. Imbuída, portanto, de um poder legal, a NGB representa, como sugerimos, o encerramento de uma ampla etapa de nossa gramaticografia – com implicações consideráveis até mesmo no estatuto autoral do gramático (ORLANDI, 2002) – e o início de uma nova fase que, se por um lado, marca a decadência de um ideário gramatical específico, deliberadamente assentado na *normatividade* dos fatos da língua, por outro lado assinala a intercorrência de teorias linguísticas – sobretudo com o advento do Estruturalismo – que dariam novo rumo a nossa escritura gramatical.

Data, assim, dos anos que sucedem a década de 1960 o surgimento de uma série de fatos circunstanciais que permitirão uma mudança de paradigma na gramaticografia brasileira, os quais parecem ter sido mais responsáveis pelo desenvolvimento do descritivismo gramatical do que pelo arrefecimento completo do normativismo, fazendo com que ambos os domínios da gramática passem a conviver nem sempre de forma pacífica. Cronologicamente falando, tais fatos poderiam ser identificados, além da própria elaboração da NGB, como a inclusão da Linguística no currículo do Curso de Letras de universidades renomadas – como a Universidade de São Paulo (1965) e a Universidade de Campinas (1971) –, a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases dos Ensinos Fundamental e Médio (1971) e o desenvolvimento de estudos linguísticos de inspiração estruturalista, tudo isso resultando – a respeito do que aqui nos interessa – no aparecimento de gramáticos que, a exemplo de um Celso Cunha (*Gramática do Português Contemporâneo*, 1970) ou um Evanildo Bechara (*Moderna Gramática Portuguesa*, 1961), tornaram possível a institucionalização de uma nova gramaticografia nacional e prepararam o terreno para um processo de proliferação gramatical, cujos princípios teóricos vão do enfoque funcionalista ao descritivista, passando pelas abordagens pragmáticas ou interacionistas.

Esse fato, evidentemente, não desmerece o período aqui estudado, mas, pelo contrário, distingue-o como uma época de consideráveis avanços no

âmbito da gramaticografia nacional, consolidando-a de forma definitiva e incontestável e tornando seus representantes responsáveis não apenas pela constituição da gramática brasileira novecentista, mas também pela institucionalização de seu ensino.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo, Livraria Acadêmica, 1943.

ALTMAN, Cristina. **A Pesquisa Linguística no Brasil (1968-1988)**. São Paulo, Humanitas, 1998.

AGUSTINI, Carmen Lúcia Hernandes. **A Estilística no Discurso da Gramática**. Campinas, Pontes, 2004.

AUROUX, Sylvain. **A Revolução Tecnológica da Gramatização**. Campinas, Unicamp, 1992.

BALDINI, Lauro. "A NGB e a Autoria no Discurso Gramatical". **Línguas e Instrumentos Linguísticos**. Campinas, Pontes, jan-jun. 1998, p. 97-107.

BECHARA, Evanildo. "A Tradição Gramatical Luso-Brasileira". **Confluência**. Rio de Janeiro, No. 10: 66-76, 1995.

BICUDO, Hélio. **O Direito e a Justiça no Brasil (Uma Análise Crítica de Cem Anos)**. São Paulo, Símbolo, 1978.

BUENO, Silveira. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 5ª edição, São Paulo, Saraiva, 1958.

_____. **Estudos de Filologia Portuguesa**. São Paulo, Saraiva, 1967.

BUSSMANN, Hadumond. **Routledge Dictionary of Language and Linguistics**. London/New York, Routledge, 1996.

CÂMARA JÚNIOR, J. Mattoso. **Dicionário de Linguística e Gramática Referente à Língua Portuguesa**. Petrópolis, Vozes, 1988.

CÂNDIDO, Antonio. "A Revolução de 1930 e a Cultura". **A Educação pela Noite e Outros Ensaios**. São Paulo, Ática, 1989, p. 181-198.

CAVALIERE, Ricardo. "Uma Proposta de Periodização dos Estudos Linguísticos no Brasil". **Alfa. Revista de Linguística**. São Paulo, UNESP, Vol. 45: 49-69, 2001.

CARRETER, Fernando Lázaro. **Diccionario de Términos Filológicos**. Madrid, Gredos, 1974.

DUBOIS, Jean *et Alii*. **Dictionnaire de Linguistique et des Sciences du Langage**. Paris, Larousse, 1994.

DI IÓRIO, Patrícia Leite & FRANCO, Maria Ignez de Mello. "Napoleão Mendes de Almeida e a Gramática Metódica da Língua Portuguesa". *In*: BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). **História Entrelaçada 2. A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na Primeira Metade do Século XX**. Rio de Janeiro, Lucerna, 2006, p. 117-141.

FAORO, Raymundo. "A Questão Nacional: a Modernização". **Estudos Avançados**. Universidade de São Paulo, Vol. 06, No. 14: 07-22, Jan./abr. 1992.

FÁVERO, Leonor Lopes & MOLINA, Márcia. **As Concepções Linguísticas no Século XIX**. A Gramática no Brasil. Rio de Janeiro, Lucerna, 2006.

FILHO, Leodegário A. de Azevedo. "Os estudos filológicos e linguísticos no Brasil". **Ensaio de Linguística, Filologia e Ecdótica**. Rio de Janeiro, Sociedade Brasileira de Língua e Literatura/UERJ, 1998, p. 19-44.

GREIMAS, A. J. & COURTÉS, J. **Sémiotique. Dictionnaire Raisoné de la Théorie du Langage**. Paris, Hachette, 1979.

GUIMARÃES, Eduardo. "Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: A Gramatização Brasileira". *In*: GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). **Língua e Cidadania. O Português no Brasil**. Campinas, Pontes, 1996, p. 127-138.

IANNI, Octávio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1986.

_____. **A Ideia de Brasil Moderno**. São Paulo, Brasiliense, 1992.

KEHDI, Valter. "Mário Pereira de Souza Lima - Gramática Portuguesa". **Confluência**. Rio de Janeiro, No. 07: 39-43, 1994.

LIMA, Rocha. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 15ª edição, Rio de Janeiro, José Olympio, 1972.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. **Tradição Gramatical e Gramática Tradicional**. São Paulo, Contexto, 2000.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo, Difel, 1979.

MORELLO, Rosângela. "A Diversidade Linguística nos Textos de Gramáticas Normativas Brasileiras". In: ORLANDI, Eni P. (org.). **Histórias das Ideias Linguísticas: Construção do Saber Metalinguístico e Constituição da Língua Nacional**. Pontes/UNEMAT, Campinas, Cáceres, 2001, p. 89-97.

MOURA NEVES, Maria Helena de. **A Gramática. História, Teoria e Análise, Ensino**. São Paulo, UNESP, 2002.

ORLANDI, Eni P. **Língua e Conhecimento Linguístico. Para Uma História das Ideias no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2002.

PALMA, Dieli Vesaro & MENDES, Maria de Fátima. "A Gramática Normativa da Língua Portuguesa de Rocha Lima: A continuidade nos Estudos Gramaticais". In: BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). **História Entrelaçada 2. A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na Primeira Metade do Século XX**. Rio de Janeiro, Lucerna, 2006, p. 142-156.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação Brasileira. A Organização Escolar**. São Paulo, Autores Associados, 1985.

ROCA-PONS, J. **Introducción a la Gramática**. Barcelona, Teide, 1976.

SILVA, Maurício. "Ars recte loquendi: Constituição da Gramática Brasileira Novecentista". **Confluência**. Rio de Janeiro, No. 25/26: 234-242, 2003.

SILVA, Maurício. "A Gramática Brasileira Novecentista: Uma História". **Revista Letra Magna. Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**. Ano 03, No. 04, 00-09, 1º. Sem. 2006 (www.letramagna.com).

SOUZA LIMA, Mario Pereira de. **Grammatica Expositiva da Língua Portuguesa**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1937.

STEFANINI, Jean. **Histoire de la Grammaire**. Paris, CNRS, 1994.

TOBIAS, José Antônio. **História da Educação Brasileira**. São Paulo, Juriscredi, 1972.

TRASK, R. L. **A Dictionary of Grammatical Terms in Linguistics**. Londo/New York, Routledge, 1993.

ZANON, Marilena & ALMEIDA, Miguel Eugênio. "A Gramática Portuguesa de Mário Pereira de Souza Lima". In: BASTOS, Neusa Barbosa e PALMA, Dieli Vesaro (orgs.). **História Entrelaçada 2. A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na Primeira Metade do Século XX**. Rio de Janeiro, Lucerna, 2006, p. 102-117.